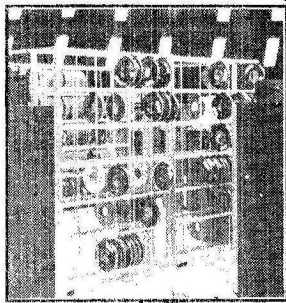


BRASIL X EUA

Informática: os brasileiros esperam um ponto final na briga.

O governo brasileiro tem grandes esperanças de que o contencioso com os Estados Unidos na área de informática, iniciado em setembro de 1985, se dê por encerrado na reunião do próximo dia 17, na Cidade do México, entre o representante do Brasil,



embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário-geral do Itamaraty, e o assessor da Casa Branca para Assuntos Internacionais, Clayton Yeutter. Segundo o chefe de gabinete de Paulo Tarso, Carlos Augusto Santos Neves, o otimismo do Brasil é consequência das conversações mantidas nos últimos seis meses entre o Itamaraty e o embaixador norte-americano em Brasília, Harry Shlaudemann.

O Itamaraty considera que os trabalhos mantidos com o embaixador Shlaudemann, desde que o governo norte-americano decidiu prorrogar o prazo para aplicar retaliações comerciais contra o Brasil, em virtude da lei de reserva do mercado da informática, foram os melhores possíveis. "Depois de todos os esclarecimentos de que a implementação da lei brasileira acabaria com muitas dúvidas e desconfianças, acreditamos que agora os norte-americanos estão satisfeitos", afirmou Santos Neves.

Na reunião do México — a quinta desde que foram iniciadas as conversações há cerca de um

ano — o governo brasileiro se sentirá em condições de pleitear que o assunto se encerre, "mesmo por que as negociações nos últimos seis meses apresentaram uma evolução progressiva", acrescentou o ministro Santos Neves, especialista em assuntos de informática. Ele acredita que a implementação da lei brasileira, duramente criticada pelo governo norte-americano, daria um diálogo franco e progressivo. "já que ela deixa amplos espaços para aplicação estrangeira".

Participarão da delegação brasileira, além do negociador Paulo Tarso Flecha de Lima, o secretário especial de Informática, José Ezil Veiga da Rocha, o chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, embaixador Rego Barros e o assessor especial Santos Neves. Apesar do otimismo brasileiro, dois fortes pontos de discórdia entre os dois governos permanecem inalterados: a regulamentação da proteção de **software** e os investimentos estrangeiros no setor de informática.

O projeto de **software**, que adota o regime de **copyright**, enviado ao Congresso pelo presidente Sarney, ainda não foi votado, e sobre os investimentos estrangeiros a lei persiste em estabelecer sérias restrições.

possibilidade de uma baixa do dólar, apesar da vontade manifestada pelos demais países presentes à reunião de estabilizar a taxa de câmbio. As declarações provocaram a

Remédios: os americanos estão bravos com a pirataria.

Isto é uma ameaça: ou o Brasil cria uma lei de patentes para proteger os remédios norte-americanos que importa, ou os Estados Unidos adotam sanções comerciais que atingirão os produtos brasileiros.

A ameaça foi oficializada ontem à tarde em Washington, pela poderosa Associação dos Fabricantes de Produtos Farmacêuticos, com uma petição ao representante comercial do presidente Ronald Reagan, que tem agora 45 dias para responder se abre um processo igual ao da informática. As represálias poderão ocorrer no final da investigação, se confirmada a prática desleal de comércio pelo Brasil.

A reclamação americana pode ser ilustrada por este exemplo atual: milhões de dólares foram investidos na pesquisa, descoberta, desenvolvimento e testes de um dos remédios que tende a ser o mais procurado em todo o mundo — o AZT; que ataca o vírus da Aids, embora sem destruí-lo. Posto no mercado brasileiro, o décimo do mundo, o remédio será rapidamente copiado por outros laboratórios. E a indústria farmacêutica norte-americana não será recompensada pelo que gastou.

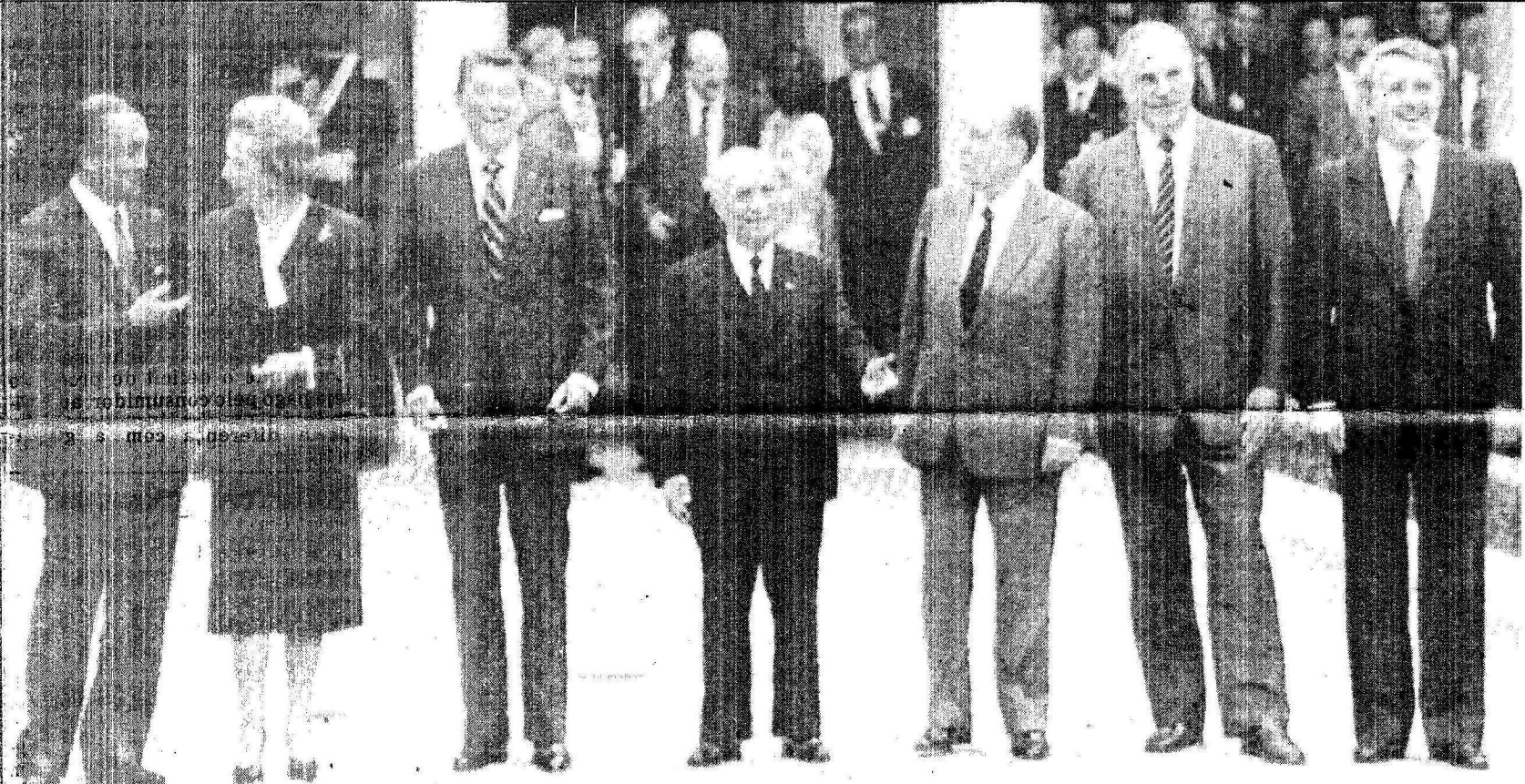
A abertura de um "caso 301", como é conhecido o processo por práticas comerciais injustas, é a segunda manifestação contra o Brasil, em Washington, nos últimos dois dias. Anteontem, diante do Congresso, representantes da indústria de sapatos pe-



diram que fossem limitadas as importações de calçados do Brasil, de Formosa e Coreia, que estão provocando milhares de desempregos.

A Pharmaceutical Manufacturers (PMA) acusa o Brasil de "persistentemente recusar-se a emendar sua discriminatória lei de patentes", num comunicado distribuído à imprensa, no começo da noite de ontem. O presidente da PMA, Gerald J. Mossinghoff, lembra que o "Caso 301" contra o Brasil ia ser aberto em 23 de abril, mas foi adiado "a pedido do governo brasileiro". Na semana passada, no dia 8 de junho, o embaixador Marcílio Marques Moreira procurou o representante comercial do presidente Reagan para então confirmar que o Brasil não ia adotar nenhuma lei de patente para proteger os produtos farmacêuticos.

Mossinghoff mostra como pode influir no governo americano: a indústria farmacêutica está sendo uma das únicas entre poucas outras a manter um saldo positivo que ajuda a reduzir o déficit comercial de US\$ 166 bilhões dos Estados Unidos. Ela rendeu US\$ 764 milhões no ano passado, quando o déficit comercial americano com o Brasil foi de US\$ 3,4 bilhões. A PMA está agora pondo em dúvida seu desempenho no futuro por falta de uma lei de patentes para proteger seus produtos em vários países. E cita o Brasil como o pior exemplo de todos, pedindo providências.



Reagan continua em Veneza. E provoca uma queda do dólar.

A reunião de cúpula de Veneza terminou anteontem, mas o presidente dos EUA, Ronald Reagan, continua nessa cidade do norte da Itália. Ontem Reagan não descartou a

possibilidade de uma baixa do dólar, apesar da vontade manifestada pelos demais países presentes à reunião de estabilizar a taxa de câmbio. As declarações provocaram a

baixa do dólar nos principais mercados mundiais. Para o secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, a declaração final de Veneza "não é plenamente satisfatória", do

ponto de vista da economia dos países em desenvolvimento. Em Nova York, os principais analistas financeiros dos EUA reagiram com indiferença à reunião de Veneza.